

## **GÊNERO TEXTUAL E TIPOLOGIA TEXTUAL: COLOCAÇÕES SOB DOIS ENFOQUES TEÓRICOS<sup>7</sup>**

Sílvia Ribeiro da Silva (UFG)  
[shivonda@gmail.com](mailto:shivonda@gmail.com)

A diferença entre *Gênero textual* e *Tipologia textual* é, no nosso entender, importante para direcionar o trabalho do professor de língua na leitura, compreensão e produção escrita<sup>8</sup>. O que pretendemos neste pequeno texto é apresentar algumas considerações sobre *Gênero textual* e *Tipologia textual*, usando, para isso, as considerações feitas por Marcuschi (2002) e Travaglia (2007).

Luiz Antônio Marcuschi (UFPE) defende o trabalho com textos na escola a partir da abordagem do *Gênero textual*<sup>9</sup>. O autor não demonstra favorabilidade ao trabalho com a *Tipologia textual*, uma vez que, para ele, o trabalho fica limitado, trazendo para o ensino alguns problemas, vez que não é possível, por exemplo, ensinar narrativa em geral, porque, embora possamos classificar vários textos como sendo narrativos, eles se concretizam em formas diferentes – gêneros – que possuem características específicas.

Por outro lado, autores como Luiz Carlos Travaglia (UFUberlândia/MG) defendem o trabalho com a *Tipologia textual*. Para o autor, sendo os textos de diferentes tipos, eles se instauram devido à existência de diferentes modos de interação ou interlocução. Para ele, o trabalho com o texto e com os diferentes tipos de texto é fundamental para o desenvolvimento da competência comunicativa. De acordo com as ideias do autor, cada tipo de texto é apropriado para um tipo de interação específica. Deixar o aluno restrito a apenas al-

---

<sup>7</sup> Este estudo contribui com as investigações referentes às práticas de reflexão sobre a língua desenvolvidas pelos integrantes do Grupo de Estudos da Linguagem: análise, descrição e ensino (UFG/CNPq) e do grupo de pesquisa Livro Didático de Língua Portuguesa – Produção, Perfil e Circulação (UNICAMP/IEL/CNPq).

<sup>8</sup> Achamos que quando o professor não opta pelo trabalho com o gênero ou com o tipo ele acaba não tendo uma maneira muito clara para selecionar os textos com os quais trabalhará.

<sup>9</sup> Outra discussão poderia ser feita se quiséssemos tratar um pouco a diferença entre Gênero Textual e Gênero Discursivo. Porém, não é esse nosso interesse no momento.

guns tipos de texto é fazer com que ele só tenha recursos para atuar comunicativamente em alguns casos, tornando-se incapaz, ou pouco capaz, em outros. Certamente, o professor teria que fazer uma espécie de levantamento de quais tipos seriam mais necessários para os alunos, para, a partir daí, iniciar o trabalho com esses tipos mais necessários.

Marcuschi afirma que os livros didáticos trazem, de maneira equivocada, o termo tipo de texto. Na verdade, para ele, não se trata de tipo de texto, mas de gênero de texto. O autor diz que não é correto afirmar que a *carta pessoal*, por exemplo, é um tipo de texto como fazem os livros. Ele atesta que a carta pessoal é um *Gênero textual*.

O autor diz que em todos os gêneros os tipos se realizam, ocorrendo, muitas das vezes, o mesmo gênero sendo realizado em dois ou mais tipos. Ele apresenta uma *carta pessoal*<sup>10</sup> como exemplo, e comenta que ela pode apresentar as tipologias descrição, injunção, exposição, narração e argumentação. Ele chama essa miscelânea de tipos presentes em um gênero de *heterogeneidade tipológica*.

Travaglia (2007) fala em *conjugação tipológica*. Para ele, dificilmente são encontrados tipos puros. Realmente é raro um tipo puro. Num texto como a *bula de remédio*, por exemplo, que para Fávero & Koch (1987) é um texto injuntivo, temos a presença de várias tipologias, como a descrição, a injunção e a predição<sup>11</sup>. Travaglia afirma que um texto se define como de um tipo por uma questão de dominância, em função do tipo de interlocução que se pretende estabelecer e que se estabelece, e não em função do espaço ocupado por um tipo na constituição desse texto.

Quando acontece o fenômeno de um texto ter aspecto de um gênero, mas ter sido construído em outro, Marcuschi dá o nome de

---

<sup>10</sup> Travaglia (2007) diz que uma carta pode ser exclusivamente descritiva, ou dissertativa, ou injuntiva, ou narrativa, ou argumentativa. Achamos meio difícil alguém conseguir escrever um texto, caracterizado como carta, apenas com descrições, ou apenas com injunções. Por outro lado, meio que contrariando o que acabara de afirmar, ele diz desconhecer um gênero necessariamente descritivo.

<sup>11</sup> Termo usado pelas autoras citadas para os textos que fazem previsão, como o boletim meteorológico e o horóscopo.

*intertextualidade intergêneros*<sup>12</sup>. Ele explica dizendo que isso acontece porque ocorreu no texto a configuração de uma estrutura intergêneros de natureza altamente híbrida, sendo que um gênero assume a função de outro.

Travaglia não fala em *intertextualidade intergêneros*, mas fala de um *intercâmbio de tipos*. Explicando, ele afirma que um tipo pode ser usado no lugar de outro, criando determinados efeitos de sentido impossíveis, na opinião do autor, com outro dado tipo. Para exemplificar, ele fala de descrições e comentários dissertativos feitos por meio da narração.

Resumindo esse ponto, Marcuschi traz a seguinte configuração teórica:

- a) Intertextualidade intergêneros = um gênero com a função de outro
- b) Heterogeneidade tipológica = um gênero com a presença de vários tipos

Travaglia mostra o seguinte:

- a) Conjugação tipológica = um texto apresenta vários tipos
- b) Intercâmbio de tipos = um tipo usado no lugar de outro

Aspecto interessante a se observar é que Marcuschi afirma que os gêneros não são entidades naturais, mas artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. Um gênero, para ele, pode não ter uma determinada propriedade e ainda continuar sendo aquele gênero. Para exemplificar, o autor fala, mais uma vez, da *carta pessoal*. Mesmo que o autor da carta não tenha assinado o nome no final, ela continuará sendo carta, graças as suas propriedades *necessárias e suficientes*<sup>13</sup>. Ele diz, ainda, que uma *publicidade* pode ter o formato de um *poema* ou de uma *lista* de produtos em oferta. O que importa é que esteja fazendo divulgação de produtos, estimulando a compra por parte de clientes ou usuários daquele produto. Ou seja, o que importa é que a *publicidade* apresente tema, forma composicional e estilo (BAKHTIN, 1979) característicos de um gênero dessa natureza.

---

<sup>12</sup> Bakhtin ([1952-53]1979) já caracterizava esse fenômeno como *hibridismo*.

<sup>13</sup> Necessárias para a carta e suficientes para que o texto seja uma carta.

Para Marcuschi, *Tipologia textual* é um termo que deve ser usado para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição. Em geral, os tipos textuais abrangem as categorias narração, argumentação, exposição, descrição e injunção (SWALES, 1990; ADAM, 1990; BRONCKART, 1999). Segundo ele, o termo *Tipologia textual* é usado “para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)” (MARCUSCHI, 2002, p. 22).

*Gênero textual* é definido pelo autor como uma noção vaga para os textos materializados, encontrados no dia-a-dia, e que apresentam características sócio-comunicativas definidas pelos conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Travaglia define *Tipologia textual* como aquilo que pode instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução, segundo perspectivas que podem variar. Essas perspectivas podem, segundo o autor, estar ligadas ao produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao *fazer/acontecer*, ou *conhecer/saber*, e quanto à inserção destes no tempo e/ou no espaço. Pode ser possível a perspectiva do produtor do texto ocorrer pela imagem que o mesmo faz do receptor, considerando este como alguém que concorda ou não com o que ele diz. Surge, assim, o discurso da transformação, quando o produtor vê o receptor como alguém que não concorda com ele. Se o produtor vislumbrar o receptor como alguém que concorda com ele, surge o discurso da cumplicidade. Tem-se ainda, na opinião de Travaglia, uma perspectiva em que o produtor do texto faz uma antecipação no dizer. Da mesma forma, é possível encontrar a perspectiva dada pela atitude comunicativa de comprometimento ou não. Resumindo, cada uma das perspectivas apresentadas pelo autor gerará um tipo de texto. Assim, a primeira perspectiva faz surgir os tipos *descrição*, *dissertação*, *injunção* e *narração*. A segunda perspectiva faz com que surja o tipo *argumentativo stricto sensu*<sup>14</sup> e *não argumentativo stricto sensu*. A perspectiva da antecipação faz surgir o tipo *preditivo*. A do comprometimento dá origem a textos do *mundo comentado* (comprometimento) e do *mundo narrado* (não comprometimen-

---

<sup>14</sup> Segundo Travaglia (1991), texto argumentativo *stricto sensu* é o que faz argumentação explícita.

to) (WEIRINCH, 1968). Os textos do mundo narrado seriam enquadrados, de maneira geral, no tipo narração. Já os do mundo comentado ficariam no tipo *dissertação*.

Travaglia diz que o *Gênero textual* se caracteriza por exercer uma função social específica. Para ele, estas funções sociais são pressentidas e vivenciadas pelos usuários. Isso equivale dizer que, intuitivamente, sabemos que gênero usar em momentos específicos de interação, de acordo com a função social do gênero. Quando vamos escrever um *e-mail*, sabemos que ele pode apresentar características que farão com que ele “funcione” de maneira diferente. Assim, escrever um *e-mail* para um amigo não é o mesmo que escrever um *e-mail* para uma universidade pedindo informações sobre um concurso público, por exemplo.

Observamos que Travaglia dá ao gênero uma função social. Parece que ele diferencia *Tipologia textual* de *Gênero textual* a partir dessa “qualidade” que o gênero possui. Mas todo texto, independente de seu gênero ou tipo, não exerce uma função social qualquer?

Marcuschi apresenta alguns exemplos de gêneros, mas não resalta sua função social. Os exemplos que ele traz são *telefonema, sermão, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio*, etc. Já Travaglia, não só traz alguns exemplos de gêneros, como mostra o que, na sua opinião, seria a função social básica comum a cada um: *aviso, comunicado, edital, informação, informe, citação* (todos com a função social de dar conhecimento de algo a alguém). Certamente a *carta* e o *e-mail* entrariam nessa lista, levando em consideração que o aviso pode ser dado sob a forma de uma *carta, e-mail* ou *ofício*. Ele continua exemplificando, apresentando a *petição, o memorial, o requerimento, o abaixo assinado* (com a função social de pedir, solicitar). Continuamos colocando a *carta, o e-mail* e o *ofício* nesta categoria. *Nota promissória, termo de compromisso* e *voto* são exemplos com a função de prometer. Acharmos que o *voto* não teria essa função de prometer. Mas a função de confirmar aceitação da promessa feita por um candidato ou efetivação da promessa de voto feita a um candidato, de dar o “voto de confiança” a alguém. Quando votamos, não prometemos, mas confirmamos a promessa de votar que pode ter sido feita a um candidato. Ele apresenta outros exemplos, mas por questão de espaço não colocaremos todos. É bom

notar que os exemplos dados por ele, apresentam função social formal, rígida. Ele não apresenta exemplos de gêneros que tenham uma função social menos rígida, como o *bilhete*, por exemplo.

Uma discussão que vemos em Travaglia e não encontramos em Marcuschi<sup>15</sup> é a de *Espécie*. Para ele, *Espécie* se define e se caracteriza por aspectos formais de estrutura e de superfície linguística e/ou aspectos de conteúdo. Ele exemplifica *Espécie* dizendo que existem duas pertencentes ao tipo narrativo: a *história* e a *não-história*. Ainda do tipo narrativo, ele apresenta as *Espécies narrativa em prosa e narrativa em verso*. No tipo descritivo ele mostra as *Espécies* distintas objetiva x subjetiva, estática x dinâmica e comentadora x narradora. Mudando para gênero, ele apresenta a correspondência com as *Espécies carta, telegrama, bilhete, ofício*, etc. No gênero *romance*, ele mostra as *Espécies romance histórico, regionalista, fantástico, de ficção científica, policial, erótico*, etc. Não sabemos até que ponto a *Espécie* daria conta de todos os *Gêneros textuais* existentes. Será que é possível especificar todas elas? Talvez seja difícil, mesmo porque não é fácil dizer quantos e quais são os gêneros textuais existentes.

Se em Travaglia notamos uma discussão teórica que não percebemos em Marcuschi, o oposto também acontece. Este autor discute o conceito de *Domínio discursivo*. Ele diz que os domínios discursivos “são as grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam” (p. 24)<sup>16</sup>. Segundo informa, esses domínios não seriam nem textos, nem discursos, mas dariam origem a discursos muito específicos. Constituiriam práticas discursivas dentro das quais seria possível a identificação de um conjunto de gêneros que às vezes lhe são próprios como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas. Como exemplo, ele fala do *discurso jornalístico, discurso jurídico e discurso religioso*. Cada uma das atividades dentro das quais esses discursos se inserem (jornalística, jurídica e religiosa) não abraça gêneros em particular, mas origina vários deles.

---

<sup>15</sup> Pelo menos nos textos aos quais tivemos acesso.

<sup>16</sup> Bakhtin ([1952-53]1979) já havia falado sobre a esfera como sendo um lugar social onde a língua é utilizada, sendo nessas esferas que são elaborados os gêneros do discurso.

Travaglia até fala do discurso jurídico e religioso, mas não como Marcuschi. Ele cita esses discursos quando discute o que é para ele tipologia de discurso. Assim, ele fala dos discursos citados, mostrando que as tipologias de discurso usam “critérios ligados às condições de produção dos discursos e às diversas formações discursivas em que podem estar inseridos” (KOCH & FÁVERO, 1987, p. 3). Citando Koch & Fávero, o autor fala que uma tipologia de discurso usaria critérios ligados à referência (institucional – discurso político, religioso, jurídico; ideológica – discurso petista, de direita, de esquerda, cristão etc.; domínios de saber – discurso médico, linguístico, filosófico etc.; à inter-relação entre elementos da exterioridade – discurso autoritário, polêmico, lúdico). Marcuschi não faz alusão a uma tipologia do discurso.

Nota-se semelhança de opinião entre os dois autores quando falam que *texto* e *discurso* não devem ser encarados como iguais. Marcuschi considera o “*texto* como uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum *Gênero textual*” [ênfase accentuada] (p. 24). *Discurso* para ele “é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. O discurso se realiza nos textos” (p. 24). Travaglia considera o “*discurso* como a própria atividade comunicativa, a própria atividade produtora de sentidos para a interação comunicativa, regulada por uma exterioridade sócio-histórica-ideológica” (p. 03). *Texto* é o resultado dessa atividade comunicativa. O *texto*, para ele, é visto como

Uma unidade linguística concreta que é tomada pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão (p. 03).

Travaglia distingue texto de discurso levando em conta sua preocupação com a tipologia de textos, e não de discursos. Marcuschi afirma que a definição que traz de texto e discurso é muito mais operacional do que formal.

Travaglia faz uma “tipologização” dos termos *Gênero textual*, *Tipologia textual* e *Espécie*. Ele chama esses elementos de *Tipelementos*. Justifica a escolha pelo termo por considerar que os *elementos tipológicos* (*Gênero textual*, *Tipologia textual* e *Espécie*) são básicos na construção das tipologias e talvez dos textos, numa espécie

de analogia com os elementos químicos que compõem as substâncias encontradas na natureza.

Para concluir esta singela discussão, achamos que vale a pena pontuar que as considerações feitas por Marcuschi em defesa da abordagem textual a partir dos *Gêneros textuais* estão diretamente ligadas ao ensino. Ele afirma que o trabalho com o gênero é uma grande oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia-a-dia. Cita os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), dizendo que apresentam a ideia básica de que um maior conhecimento do funcionamento dos *Gêneros textuais* é importante para a produção e para a compreensão de textos. Travaglia não faz abordagens específicas ligadas à questão do ensino no seu tratamento à *Tipologia textual*. Suas considerações são mais ligadas ao campo da Linguística do que da Linguística Aplicada.

O que Travaglia mostra é uma extrema preferência pelo uso da *Tipologia textual*, independente de estar ligada ao ensino. Sua abordagem parece ser mais taxionômica. Ele chega a afirmar que são os tipos que entram na composição da grande maioria dos textos. Para ele, a questão do que é considerado *elementos tipológicos* e suas implicações com o ensino/aprendizagem merece maiores discussões.

Marcuschi diz que não acredita na existência de *Gêneros textuais* ideais para o ensino de língua. Ele afirma que é possível a identificação de gêneros com dificuldades progressivas, do nível menos formal ao mais formal, do mais privado ao mais público e assim por diante. Os gêneros devem passar por um processo de progressão, conforme sugerem Dolz & Schneuwly (2004).

Travaglia, como afirmamos, não faz considerações sobre o trabalho com a *Tipologia textual* e o ensino. Acreditamos que um trabalho com a tipologia teria que, no mínimo, levar em conta a questão de com quais tipos de texto deve-se trabalhar na escola, a quais será dada maior atenção e com quais será feito um trabalho mais detido. Achamos que a escolha pelo tipo, caso seja considerada a ideia de Travaglia, deve levar em conta uma série de fatores, porém vemos que dois são mais pertinentes:

- a) O trabalho com os tipos deveria preparar o aluno para a composição de quaisquer outros textos (não sabemos ao certo se

isso é possível. Pode ser que o trabalho apenas com o tipo narrativo não dê ao aluno o preparo ideal para lidar com o tipo dissertativo, e vice-versa. Um aluno que para de estudar na 5ª série (6º ano) e não volta mais à escola teria convivido muito mais com o tipo narrativo, sendo que este é, em geral, o mais trabalhado nessa série. Será que ele estaria preparado para produzir, quando necessário, outros tipos textuais? Por outro lado, sabemos que não existe texto puro. Ao lidar somente com o tipo narrativo, por exemplo, o aluno, de certa forma, não deixa de trabalhar com os outros tipos);

b) A utilização prática que o aluno fará de cada tipo em sua vida.

Achamos que vale a pena dizer que somos favoráveis ao trabalho com o *Gênero textual* na escola, embora saibamos que todo gênero realiza necessariamente uma ou mais sequências tipológicas e que todos os tipos inserem-se em algum gênero textual.

Até recentemente, o ensino de produção de textos era feito como um procedimento único e global, como se todos os tipos de texto fossem iguais e não apresentassem determinadas dificuldades e, por isso, não exigissem aprendizagens específicas. A fórmula de ensino de escrita, ainda hoje praticada em algumas escolas brasileiras – a qual consiste fundamentalmente na trílogia narração, descrição e dissertação –, tem por base uma concepção voltada essencialmente para duas finalidades: a formação de escritores literários (caso o aluno se aprimore nas duas primeiras modalidades textuais) ou a formação de cientistas (caso da terceira modalidade) (ANTUNES, 2003)<sup>17</sup>. Além disso, essa concepção guarda em si uma visão equivocada de que narrar e descrever seriam ações mais “fáceis” do que dissertar, ou mais adequadas à faixa etária, razão pela qual esta última tenha sido reservada às séries terminais – tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Schneuwly (1991 *apud* DOLZ & SCHNEUWLY (2004) mostrou que as tipologias sofrem de limitações consideráveis, por mais que tenham trazido importantes conhecimentos sobre o funcionamento da linguagem. Para o autor, o objeto das

---

<sup>17</sup> Segundo Schneuwly & Dolz (2004), esses três tipos textuais canônicos e hegemônicos são autênticos produtos culturais da escola, elaborados como instrumentos para desenvolver e avaliar, progressiva e sistematicamente, as capacidades de escrita dos alunos (p. 77).

tipologias não é o texto e nem o gênero do qual todo texto é um exemplar.

Pensamos que o ensino-aprendizagem de leitura, compreensão e produção de texto pela perspectiva dos gêneros reposiciona o verdadeiro papel do professor de Língua Materna hoje, não mais visto aqui como um especialista em textos literários ou científicos, distantes da realidade e da prática textual do aluno, mas como um especialista nas diferentes modalidades textuais, orais e escritas, de uso social. Assim, o espaço da sala de aula é transformado numa verdadeira oficina de textos de ação social, o que é viabilizado e concretizado pela adoção de algumas estratégias, como enviar uma carta para um aluno de outra classe, fazer um cartão e ofertar a alguém, enviar uma carta de solicitação a um secretário da prefeitura, realizar uma entrevista, etc. Essas atividades, além de diversificar e concretizar os leitores das produções (que agora deixam de ser apenas “leitores visuais”), permitem também a participação direta de todos os alunos e eventualmente de pessoas que fazem parte de suas relações familiares e sociais. A avaliação dessas produções abandona os critérios quase que exclusivamente literários ou gramaticais e desloca seu foco para outro ponto: o bom texto não é aquele que apresenta, ou só apresenta, características literárias, mas aquele que é adequado à situação comunicacional para a qual foi produzido, ou seja, se a escolha do gênero, se a estrutura, o conteúdo, o estilo e o nível de língua estão adequados ao interlocutor e podem cumprir a finalidade do texto (TRAVAGLIA, 2002); se aquilo que foi produzido é um gênero.

Acreditamos que, abordando os gêneros, a escola estaria dando ao aluno a oportunidade de se apropriar devidamente de diferentes *Gêneros textuais* socialmente utilizados, sabendo movimentar-se no dia-a-dia da interação humana, percebendo que o exercício da linguagem será o lugar da sua constituição como sujeito. A atividade com a língua, assim, cremos nós, favoreceria o exercício da interação humana, da participação social dentro de uma sociedade letrada.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean Michel. *Éléments de linguistique textuelle. Theorie et pratique de l'analyse*. Liège: Mardaga, 1990.

ANTUNES, IRANDÉ. *Aula de português: encontro e interação*, São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. (1952-53). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BRASIL (SEF/MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa*. Brasília: SEF/MEC, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: PUC/SP, 1999.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 41-70.

FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore Villaça (1987). Contribuição a uma tipologia textual. In: *Letras & Letras*. Vol. 03, nº 01. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1987, p. 3-10.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*, Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 71-91.

SWALES, John M. *Genre analysis. English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. Campinas, Tese de Doutorado / IEL / UNICAMP, 1991, 330 + 124 pp.

\_\_\_\_\_. Típicos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa & MARQUESI, Sueli Cristina. (Org.). *Língua portuguesa pes-*

*quisa e ensino* Vol. II. 1 ed. São Paulo: EDUC / FAPESP, 2007, v. II, p. 97-117.

WEIRINCH, Harald. *Estructura e función de los tiempos em el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.